

O papel das cadeias de abastecimento na promoção da segurança e da saúde na construção e na agricultura: o projeto LIFT-OSH

Síntese



Agência Europeia para
a Segurança e Saúde
no Trabalho



Autores: Peter Hasle, Wanja Öhler (Universidade do Sul da Dinamarca), Vincent Dupont, Karolien Lenaerts (KU Leuven, Bélgica), Annachiara Longoni, Mireia Yter Gimeno (ESADE, Espanha), Mark Pagell, Yanbing Chen (University College Dublin, Irlanda), Christian Uhrenholdt Madsen (Teamworkinglife, Dinamarca), Karin Reinhold, Marina Järvis (Taltech, Estónia).

Revisto por Jan Vang (Universidade do Sul da Dinamarca), Lynda Robson (Work & Health, Canadá), Sandra L. Fisher (Münster School of Business, Alemanha).

Gestão do projeto: Dietmar Elsler, Annick Starren, Lothar Lieck, Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA)

O presente relatório foi encomendado pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA). O seu conteúdo, incluindo quaisquer opiniões e/ou conclusões expressas, é da responsabilidade exclusiva do(s) seu(s) autor(es) e não reflete necessariamente os pontos de vista da EU-OSHA.

Nem a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho nem qualquer pessoa que aja em seu nome assumem responsabilidade por eventuais utilizações da informação que se segue.

© Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, 2024

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

A utilização ou reprodução de fotografias ou de outros materiais não protegidos por direitos de autor da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho deve ser autorizada diretamente pelos titulares dos direitos de autor.

Está a aumentar a influência das relações comprador-fornecedor ou cliente-contratante¹ nas cadeias de abastecimento sobre as condições de trabalho e a segurança e saúde no trabalho (SST). Os compradores impõem requisitos para as suas aquisições, definindo as condições nos locais de trabalho dos fornecedores. Essas exigências podem representar tanto uma ameaça como uma oportunidade para melhorar a SST.

O presente relatório² apresenta as conclusões de oito estudos de caso aprofundados, que analisam as práticas de alavancagem do mercado baseadas na cadeia de abastecimento que influenciam a SST nos setores da construção e agroalimentar na Europa. Os estudos foram realizados no âmbito do projeto da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) intitulado «Leverage Instruments for Occupational Safety and Health — Lift-OSH» [Instrumentos de alavancagem da segurança e saúde no trabalho — Lift-OSH] (EU-OSHA, 2023)³. Neste contexto, as práticas de alavancagem baseadas no mercado referem-se ao uso de relações económicas utilizadas como instrumento para melhorar a SST em empresas da cadeia de abastecimento. O objetivo dos estudos de caso é identificar e avaliar as possibilidades de práticas de alavancagem do mercado com o objetivo de melhorar as condições dos trabalhadores empregados pelos fornecedores. Cada estudo de caso abrange a relação entre uma empresa focal (o comprador) e três a cinco fornecedores. Em cada caso, as empresas focais selecionadas para uma análise mais aprofundada constituem empresas com reputação pelo fornecimento de boas condições aos seus próprios trabalhadores, bem como aos fornecedores. Os casos identificados neste estudo constituem, assim, algumas das melhores práticas de alavancagem de mercado encontradas nos dois setores. As relações médias entre compradores e fornecedores terão provavelmente menos em conta as condições de trabalho e a SST.

Os investigadores visitaram a empresa focal e os fornecedores, entrevistaram representantes da direção e dos trabalhadores, formularam observações e recolheram e analisaram documentos.

Governação das condições de trabalho e da SST na cadeia de abastecimento

O termo comum «cadeia de abastecimento» abrange uma rede de organizações que, coletivamente, fornecem valor a um cliente ou utilizador final de um sistema. A metáfora de uma cadeia facilita a visualização dos fluxos de bens, informações e dinheiro que se deslocam entre os membros da rede no seu caminho para fornecer valor ao cliente. No entanto, dentro desta rede de organizações, a unidade mais fundamental de uma cadeia de abastecimento é uma diáde; a ligação entre duas organizações (normalmente um comprador/cliente e um fornecedor/contratante) unidas por um contrato e pelo fluxo de bens, dinheiro e informações. Uma das questões críticas enfrentadas por estas diádes é a regulação da relação, assegurando que um membro — normalmente o fornecedor ou o contratante — forneça aquilo que promete ao comprador/cliente, embora os compradores também façam promessas aos fornecedores, por exemplo, sob a forma de relações a longo prazo ou de determinados tipos de apoio. Trata-se de um tema complexo, uma vez que ambas as partes beneficiam de proporcionar ao consumidor final o que este pretende. No entanto, a totalidade dos lucros é limitada e, por conseguinte, as organizações lutam frequentemente sobre a sua parte desses lucros fixos. Uma diáde utiliza, portanto, várias práticas de governação (baseadas no mercado) para garantir o resultado mais benéfico das suas relações.

A governação da cadeia de abastecimento pode ser classificada de acordo com dois métodos principais:

Governação contratual:

- Um conjunto formal de regras que regem a relação entre um comprador/cliente e um fornecedor/contratante, tais como a distribuição de responsabilidades e funções numa relação de negócio, práticas de monitorização e incumprimentos, bem como a prescrição dos resultados e realizações desejados que devem ser alcançados.

¹ Ao longo do presente relatório, utiliza-se o termo relações comprador-fornecedor.

² O relatório final está disponível no seguinte endereço: <https://osha.europa.eu/en/publications/supply-chains-role-promoting-safety-and-health-construction-and-agriculture-lift-osh-project>

³ EU-OSHA – Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, Melhorar a SST através das cadeias de abastecimento: iniciativas baseadas no mercado nos setores agroalimentar e da construção, 2023. Disponível em: <https://osha.europa.eu/en/publications/improving-osh-through-supply-chains-market-based-initiatives-agri-food-and-construction-industries>

Governação relacional:

- A relação entre um comprador/cliente e um fornecedor/contratante é regida por relações sociais informais e normas partilhadas. Entre os elementos importantes contam-se a flexibilidade, a solidariedade (benefícios mútuos) e a partilha de informações.

A prática efetiva de governação assumirá, na maior parte das vezes, uma forma mista ou híbrida, com elementos de governação contratual e relacional. No que diz respeito às condições de trabalho e à SST, são relevantes tanto a governação contratual como a governação relacional. As condições de gestão da cadeia de abastecimento nos contratos podem influenciar diretamente a SST, por exemplo, sob a forma de códigos de conduta que estipulam o cumprimento de determinadas condições de SST, mas também haverá influência indireta através das condições contratuais de entrega e pagamento. A governação relacional pode resultar em boas relações sociais, o que, por exemplo, pode dar ao fornecedor a flexibilidade necessária para organizar o trabalho de uma forma saudável, sem horas extraordinárias, e o comprador pode ajudar o fornecedor a resolver problemas específicos de SST.

Governação das condições de trabalho e da SST na cadeia de abastecimento no setor da construção

Um dos setores mais importantes da economia europeia, a construção também é um setor de alto risco caracterizado por um elevado número de acidentes, doenças profissionais e trabalho precário. O estaleiro é o principal local de encontro para as interações comprador-fornecedor no setor da construção, em que tanto os compradores como os fornecedores trabalham em conjunto num único projeto e devem controlar as condições de trabalho e a SST, que mudam constantemente juntamente com o progresso do processo de construção.

Nos estudos de casos, identificámos uma série de práticas de governação que poderiam ajudar a melhorar a SST no setor. A maioria das práticas assume formas híbridas, com elementos contratuais e relacionais.

Quadro 1: Efeito de alavanca no mercado das condições de trabalho e da SST no setor da construção

	Aplicação	Descrição
Gestão de SST liderada pelo cliente	Contratual	Os sistemas de gestão da SST exigidos no contrato entre os clientes e os principais contratantes. O contrato descreve as funções e as responsabilidades.
	Relacional	Os papéis e as práticas atuais são de natureza relacional. Todos eles dependem das relações entre as organizações de clientes e os principais e subcontratantes no local. Os clientes e os contratantes principais acompanham diariamente a SST. Os principais contratantes e subcontratantes desenvolvem relações de longo prazo que continuam de um estaleiro para o outro.
Cultura de segurança	Contratual	Regras e acordos claros e pormenorizados em matéria de SST, contratualmente vinculativos, fiscalizados regularmente e acordados antes do início do projeto. Contratos que estipulam uma divisão equilibrada das pressões financeiras e temporais entre os diferentes intervenientes num estaleiro.
	Relacional	Os elementos-chave são relacionais: a criação de um ambiente aberto para falar sobre SST — tanto sobre boas práticas como sobre erros — torna-se possível a todos os níveis no estaleiro. Partilha de conhecimentos tanto do topo para a base (educação, sensibilização) como da base para o topo (participação dos trabalhadores, valorização das suas competências e preocupações).

	Aplicação	Descrição
Avaliação dos subcontratantes	Contratual	Os subcontratantes são formalmente avaliados pela empresa focal antes da assinatura do contrato, bem como durante a execução do projeto.
	Relacional	A avaliação dos subcontratantes que trabalharam anteriormente para a empresa focal tende a ser informal, com a confiança a desempenhar um papel mais significativo, e a avaliação positiva assegura novas encomendas.
Incentivos e sanções	Contratual	Sinalização da prioridade da SST com cartões vermelhos, amarelos e verdes e consequências sob a forma de prémios e sanções incluídos no contrato.
	Relacional	As boas relações garantem negócios futuros e pagamentos rápidos.
Formação	Contratual	Requisitos de realização de determinada formação para entrar num estaleiro.
	Relacional	O cliente/contratante principal presta formação antes e durante a construção.
Comunicação	Contratual	Ocasões contratualmente estipuladas para comunicação e coordenação (por exemplo, reuniões mensais de segurança e reuniões de coordenação).
	Relacional	Comunicação aberta entre os vários níveis ativos no estaleiro, confiança, relações pessoais construtivas entre as figuras-chave.

Conforme indicado no quadro 1, os estudos de caso mostram uma variedade de práticas de governação. Ambos utilizam elementos contratuais e relacionais, muitas vezes aplicados em combinação. Para apoiar a divulgação destas práticas, sugerimos algumas orientações políticas dirigidas aos decisores políticos e aos profissionais:

Para os decisores políticos:

- Os clientes públicos e outros profissionais da construção podem liderar o caminho rumo a estaleiros mais seguros e saudáveis, desempenhando um papel ativo desde o concurso à contratação, bem como ao longo de todo o processo de construção.
- Os inspetores do trabalho podem apoiar a coordenação e a colaboração nos estaleiros, não só aplicando contraordenações às infrações concretas, mas também incluindo a gestão e a coordenação da SST nas injunções.
- Os serviços de aconselhamento podem ajudar os clientes, os contratantes principais e os subcontratantes a desenvolver a coordenação e a colaboração, sugerindo práticas de colaboração e a aplicação de instrumentos de coordenação. Os coordenadores de segurança da construção desempenham um papel de liderança, uma vez que são obrigatórios em todos os estaleiros europeus com vários contratantes no mesmo local, podendo funcionar como elos de ligação entre os serviços de consultoria externos e os trabalhadores no local.
- As políticas e os requisitos em matéria de formação e certificados de segurança para os trabalhadores da construção poderiam ser harmonizados em toda a UE, evitando assim a repetição e criando espaço para uma formação mais aprofundada e especializada.

- Os micro e pequenos contratantes enfrentam desafios devido ao aumento dos requisitos formais para procedimentos documentados de gestão da SST, sendo importante haver programas específicos para estes contratantes a fim de garantir que também podem desenvolver locais de trabalho mais saudáveis e seguros.

Para os profissionais:

- O papel ativo do cliente mostra como é importante não só pedir a gestão da SST no concurso e incluir disposições no contrato, mas também fazer um acompanhamento diário no local de construção.
- O desenvolvimento de boas relações sociais colaborativas é fundamental para a segurança e a saúde no estaleiro. A atribuição de prémios positivos e o reconhecimento de boas práticas constituem promotores mais fortes da segurança do que as sanções, embora a possibilidade de sanções seja importante como base para a abordagem positiva.
 - A orquestração de várias práticas cria sinergias: os exemplos podem ser incentivos e prémios, reuniões (interativas) de ferramentas, percursos de segurança partilhados e formação personalizada.

Governação das condições de trabalho e da SST na cadeia de abastecimento no setor agroalimentar

O setor agroalimentar distingue-se do setor da construção, nomeadamente pelo facto de compradores e fornecedores se encontrarem, muitas vezes, em localizações geográficas distintas e afastadas. Esta distância dificulta uma influência direta e colaborativa por parte dos compradores sobre os fornecedores. Mesmo nos casos em que se privilegiam reuniões presenciais, é raro o comprador poder deslocar-se ao local de produção do fornecedor. Assim, a prática de alavancagem do mercado no setor agroalimentar tende a ser significativamente mais indireta do que no setor da construção. A abordagem mais direta no que respeita à promoção da SST assenta na aplicação de códigos de conduta e certificações, acompanhados de auditorias subsequentes. Outras práticas relevantes, identificadas nos estudos de caso, incluem o desenvolvimento de boas relações entre compradores e fornecedores, promovendo a motivação destes últimos e contribuindo para a criação de condições de trabalho mais estáveis e favoráveis.

Quadro 2: Efeito de alavancas no mercado das condições de trabalho e da SST no setor agroalimentar

	Aplicação	Descrição
Contratual	Volumes e condições estáveis	Os volumes e preços predefinidos e acordados num contrato formal permitem um planeamento de trabalho mais estável.
	Requisitos transparentes de qualidade e de entrega dos produtos	A notificação suficiente sobre a entrega/definição do prazo de entrega evita pressões e permite um melhor planeamento do tempo de trabalho.
Relacional	Certificações e auditorias, incluindo requisitos de SST	Os auditores, compradores e fornecedores terceiros têm diferentes entendimentos dos requisitos de certificação, mas podem ajudar a estabelecer uma norma mínima e estimular uma cultura de segurança.
Relacional	Relação a longo prazo	Muitos anos de comércio para além dos contratos podem proporcionar relações mais estáveis e, por conseguinte, um melhor planeamento do trabalho.

	Aplicação	Descrição
	Colaboração entre o comprador e o fornecedor	O desenvolvimento conjunto de novos produtos, novas embalagens e o planeamento da produção ajudam a partilhar objetivos e a planear em conjunto.
	Comunicações informais entre o comprador e o fornecedor	Relações interpessoais e comunicação informal para desenvolver uma compreensão partilhada.
	Flexibilidade da cadeia de abastecimento	Compreensão mútua em resposta a perturbações no fornecimento (por exemplo, aceitar entregas tardias, redução da variedade de produtos) para aliviar a pressão no trabalho.
	Formação e assistência técnica	As empresas compradoras ajudam os pequenos fornecedores com conhecimentos e competências técnicas e de gestão, sementes e maquinaria, que proporcionam processos de trabalho mais bem planeados e estáveis.

As práticas de alavancagem do mercado no setor agroalimentar que têm impacto direto na SST são, em geral, de menor escala do que as do setor da construção e tendem a produzir efeitos sobretudo indiretos. Por este motivo, torna-se fundamental reforçar de forma mais explícita a ligação entre as relações entre compradores e fornecedores e as questões de SST. Tanto os decisores políticos como os profissionais da justiça podem desempenhar um papel importante na facilitação deste processo.

Para os decisores políticos:

- A futura regulamentação no âmbito do Pacto Ecológico Europeu sobre práticas obrigatórias em matéria de dever de diligência e comunicação de informações sobre a sustentabilidade da cadeia de valor (Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade) tem potencial para ser um instrumento fundamental para a SST e o setor agroalimentar. No entanto, tal como acontece na prática com os certificados e as auditorias, existe o risco de desenvolver um «tigre de papel» com pouca influência na prática. É crucial adaptar a regulamentação relativa ao dever de diligência ao setor agroalimentar, que apresenta múltiplos pequenos fornecedores com capacidade de gestão limitada.
- Uma possibilidade poderá ser integrar o dever de diligência nos certificados existentes, uma vez que a aplicação de muitos certificados paralelos constitui um encargo para os pequenos fornecedores. A integração dos vários certificados é, portanto, uma prioridade. Um modelo poderá ser o certificado integrado norueguês para a segurança dos alimentos e a SST.⁴

Para os profissionais:

- Os compradores aconselham e efetuam as suas próprias auditorias em matéria de segurança alimentar e ambiente, mas deixam a SST a cargo de agências de certificação terceiras. Uma maior integração entre as unidades de contratação e as unidades de RSE/sustentabilidade social da organização compradora indicará uma maior prioridade à SST, bem como criará vantagens e sinergias para a organização compradora na gestão dos seus fornecedores.
- Para os fornecedores, são importantes contratos formais de longa duração, de preferência de vários anos, que conseguem criar condições estáveis e abrir possibilidades para investimentos a longo prazo.

⁴ Consultar: <https://www.ksl.no/no/om-ksl-2/information-in-english>

- As relações pessoais de confiança ajudam os fornecedores a planear a sua produção e podem facilitar um emprego mais estável. As visitas físicas dos compradores aos fornecedores podem ajudar a estabelecer relações pessoais. Durante as visitas, é vantajoso abrir o diálogo sobre todos os temas de interesse, tanto para o comprador como para o fornecedor, incluindo a SST.
- As condições de entrega são normalmente determinadas no contrato, por vezes com multas em caso de violação das condições. No entanto, é importante desenvolver uma relação de confiança em que ambas as partes sejam flexíveis e tentem ajudar-se mutuamente em caso de problemas, como o facto de o fornecedor ter dificuldades de entrega devido, por exemplo, a condições meteorológicas adversas.

Comparação e conclusão intersetoriais

O nosso estudo sobre as práticas de alavancagem do mercado nos setores da construção e agroalimentar revela dois contextos com características bastante diferentes e distintas. **O setor da construção** caracteriza-se pela presença de diversas partes interessadas, incluindo o contratante (empreiteiro) principal, os subcontratantes (subempreiteiros) e, frequentemente, também o cliente, que trabalham em conjunto num local físico partilhado. Esta proximidade facilita uma governação relacional estreita e para a aplicação de várias medidas diretas de SST. Por contraste, o **setor agroalimentar** apresenta uma configuração muito diferente. Os compradores e os fornecedores operam em localizações geográficas separadas, muitas vezes noutros países, o que resulta em grandes distâncias entre as partes.

Apesar destas diferenças estruturais, a alavancagem do mercado na cadeia de abastecimento pode desempenhar um papel significativo na melhoria das condições de trabalho e da SST em ambos os setores. No entanto, esta alavancagem do mercado não pode substituir a regulamentação governamental. Pelo contrário, assenta numa base regulatória sólida que exige aos intervenientes do setor uma atenção séria às questões de segurança e saúde. Por conseguinte, uma regulamentação mais robusta tende a reforçar também a eficácia das práticas de alavancagem do mercado. De facto, as múltiplas medidas diretas de SST identificadas na construção têm por base essa mesma regulamentação governamental.

Em ambos os setores, o efeito de alavanca do mercado combina formas de governação contratual e a governação relacional, resultando em práticas híbridas que integram elementos de ambos os modelos. Há, no entanto, um ponto comum relevante: em ambos os setores existem diversos exemplos de relações duradouras. No setor da construção, por exemplo, os subcontratantes e os fornecedores podem normalmente contar com a continuidade do negócio em projetos futuros. Tal confere aos compradores um poder de influência que pode ser usado para motivar os fornecedores a cumprirem também os requisitos de SST. O mesmo se verifica no setor agroalimentar, onde os fornecedores podem anticipar novas encomendas além do contrato em curso.

Contudo, para além destas relações duradouras, a natureza da alavancagem do mercado difere bastante entre os dois setores. Na construção, existem práticas extensivas de concursos e contratos, que incluem exigências de desempenho em matéria de SST. Apesar da importância contratual, é a governação relacional que assume um papel central na SST. As partes interessadas colaboram lado a lado diariamente durante o processo de construção e aplicam medidas diretas destinadas à SST. Na prática, os contratos raramente são invocados, uma vez que a referência a elementos contratuais e o possível despedimento de um subcontratante criam conflitos e atrasam a produção, sendo que as partes interessadas preferem encontrar soluções pragmáticas para problemas emergentes.

Para o setor agroalimentar, os contratos desempenham um papel diferente. Constituem uma base para garantirem condições estáveis aos fornecedores, dando-lhes indiretamente a possibilidade de promover a SST. Estes contratos sustentam a principal medida direta de SST, sob a forma de um requisito de cumprimento do Código de Conduta definidos pelos compradores. A conformidade é geralmente comprovada através de certificações acompanhadas de auditorias. O certificado GLOBALG.A.P. é o mais comum. No entanto, a multiplicidade de certificações exigidos em paralelo pelos diferentes compradores podem constituir um entrave à produção de efeitos, exigindo aos fornecedores a investir recursos avultados para manter os certificados, correndo o risco de se concentrarem mais na manutenção documental, muitas vezes em detrimento da implementação efetiva das medidas de SST previstas. Embora o setor agroalimentar não disponha do mesmo tipo de relações

pessoais quotidianas que o setor da construção, a governação relacional continua a ser crucial tanto para o comprador como para o fornecedor, a fim de garantir flexibilidade e ajuda mútua na resolução de problemas, o que pode evitar que os fornecedores recorram a horas extraordinárias e ajudar a estabilizar as suas condições de trabalho.

Os dois indicadores políticos gerais mais importantes desta análise intersetorial são:

- A futura regulamentação da UE ao abrigo do Pacto Ecológico relativa à diligência devida e à comunicação de informações ambientais, sociais e de governança, ou ESG, será um importante facilitador da SST para o setor agroalimentar. Prevê-se que a CSRD se torne obrigatória em 2025, e as regras da Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade não deverão entrar em vigor antes de 2026. No entanto, é importante adaptar a aplicação da regulamentação ao setor, especialmente para os múltiplos pequenos fornecedores, no intuito de evitar uma grande carga burocrática com efeitos negligenciáveis.
- Desenvolvimento de regulamentação e normas para concursos e contratação. Faltam critérios claros e transparentes para a inclusão da SST, mas a sua definição pode ajudar os compradores a obterem o que pedem, facilitar o cumprimento dos requisitos por parte dos fornecedores e dar aos consumidores finais a possibilidade de avaliarem o desempenho da SST. O conhecimento abunda, existindo iniciativas que procuram melhorar a SST nas cadeias de abastecimento (por exemplo, o «Vision Zero Fund» criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para ajudar a divulgar o conhecimento através de formação e publicações. O plano de ação estratégico da UE para a contratação pública é outro exemplo).

Para os gestores, existem três pontos gerais de aprendizagem:

- **Utilização de uma abordagem positiva**

Tradicionalmente, a regulamentação centra-se nas infrações e nas coimas (como acontece frequentemente com os contratos) como sanções para as violações. No entanto, os nossos estudos de caso sugerem que se pode ganhar muito com uma abordagem mais positiva, baseada no respeito, no *feedback* positivo, nas recompensas e no reconhecimento. Esta abordagem irá também apoiar um envolvimento partilhado no desempenho, conduzindo assim a uma maior produtividade.

- **Certificados e auditorias com reservas**

As certificações podem ser um instrumento útil para as condições de trabalho e a SST, mas os compradores tendem a confiar demasiado nos certificados. Estes não garantem, por si só, um local de trabalho seguro e saudável: com efeito, é necessário um acompanhamento ativo para indicar uma prioridade concreta da SST.

- **Construção de relações duradouras**

Os estudos de caso analizados em ambos os setores evidenciam a existência de relações que se estendem para além da vigência dos contratos formais, perdurando ao longo de vários anos. A confiança e a compreensão mútua desenvolvidas ao longo destas relações duradouras podem trazer benefícios significativos para as empresas de ambas as partes, nomeadamente ao nível do desempenho em matéria de SST. Reconhecemos, no entanto, que este tipo de dinâmica pode representar um desafio para o setor público, cujos procedimentos de contratação são frequentemente orientados por exigências de concurso destinadas a prevenir práticas fraudulentas. Neste contexto, poderá ser pertinente considerar a adoção de contratos públicos de maior duração, dado que contratos de curta duração tendem a dificultar o investimento sustentável e a concretização de objetivos sociais por parte dos contratantes e fornecedores.⁵

⁵ Consultar: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/cb70c481-0e29-4040-9be2-c408cddf081f>

A Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) contribui para tornar os locais de trabalho na Europa mais seguros, mais saudáveis e mais produtivos. A Agência investiga, desenvolve e distribui informação fidedigna, equilibrada e imparcial em matéria de segurança e saúde e organiza campanhas de sensibilização em toda a Europa. Criada pela União Europeia em 1994 e sediada na cidade espanhola de Bilbau, a Agência reúne representantes da Comissão Europeia, dos governos dos Estados-Membros e de organizações de empregadores e de trabalhadores, bem como destacados peritos de cada um dos Estados-Membros da UE e de outros países.

**Agência Europeia
para a Segurança e Saúde no Trabalho**
Santiago de Compostela 12
48003 Bilbau, Espanha
E-mail: information@osha.europa.eu

<https://osha.europa.eu>